

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

GABINETE DO MINISTRO

Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração

Esplanada dos Ministérios - Bloco "F", Ed. Anexo, 2º andar, Sala 278-B

Brasília – DF / CEP: 70059-900

Fones: (+55 61) 3317-6417/3317-6461 - Fax (+55 61) 3317-8276

imigrante.cgig@mte.gov.br

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg

CNIg/IV/2007

ATA

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e sete, às dez horas, no Edifício Sede do
9 Ministério do Trabalho e Emprego, 4ª andar, sala 433, esteve reunido o Conselho Nacional de
10 Imigração, sob a Presidência do senhor Paulo Sérgio de Almeida e com a presença dos
11 seguintes Conselheiros: Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), Ralph Peter Henderson
12 (MRE), Raimundo Nonato de Araújo Costa (MAPA), Marcos Vinícius Quito (MS), Jane
13 Alcanfor Pinho (MDIC), Lídia Miranda de Lima Amaral (MCT), Nielsen de Paula Pires
14 (ME), Valdir Vicente de Barros (CGT), Miguel Salaberry Marinho (SDS), Christina Aires
15 Corrêa Lima (CNI), Marjolaine Bernadete J.T. do Canto (CNC), Adriana Giuntini (CNT),
16 Marilena Morais B. Funari (CNF), Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNA), José Ribamar
17 Dantas (CGTB). Estiveram presentes ainda o senhor Newton Rodrigues Freire Júnior,
18 representante do IMDH e Fernanda Maciel Mamar Aragão Carneiro, representante do
19 Ministério do Turismo. **ABERTURA:** O Presidente Paulo Sérgio Almeida abriu da 4ª reunião

20 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e agradeceu a presença do Exmo. Sr. Ministro do
21 Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. Falou sobre o Grupo de Trabalho que está revisando o
22 Regimento Interno. O Presidente destacou a possibilidade do CNIg promover uma visita à
23 Casa do Brasil de Lisboa. Explicou aos demais Conselheiros que já foram feitos os contatos e
24 a intenção da visita é conhecer os problemas dos vivenciados pelos brasileiros no exterior e
25 ouvir suas necessidades. O Presidente comentou sobre proposta de realização do Seminário
26 “Políticas de Gestão de Migração”, a ser tratada na presente reunião, em parceria com a
27 Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), que contará com a
28 participação de professores e pessoas que estudam a questão demográfica. Relatou sobre a
29 ampliação da inserção do Conselho no debate da questão da migração. Enfatizou que o
30 seminário teria ainda a participação de conselheiros do CNIg, de autoridades e de
31 representantes da sociedade civil. Ressaltou que o Seminário trataria da necessidade de
32 ampliação das competências do CNIg, possibilitando o tratamento do tema da emigração de
33 brasileiros ao exterior. Apontou ainda o processo de elaboração de um guia voltado para os
34 brasileiros no exterior coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e em conjunto com
35 os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Previdência Social, da Saúde, da
36 Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Especial de Direitos
37 Humanos, da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento e com o apoio do Instituto
38 Nacional de Direitos Humanos, da Organização Internacional do Trabalho e da Organização
39 Internacional para as Migrações. Apresentou a primeira versão aos Conselheiros e em seguida
40 distribuiu uma cópia para cada. Explicou que o “guia” contém somente textos, sem imagens
41 ou arte gráfica, e que deverá acontecer uma consulta pública para que as pessoas possam
42 contribuir e discutir a proposta. Ressaltou a importância de trazer esse assunto ao
43 conhecimento do Ministro Carlos Lupi. O Presidente aproveitou a ocasião para entregar a
44 Coletânea de Legislação sobre Migrações a cada Conselheiro. O Ministro do Trabalho e
45 Emprego, Carlos Lupi, agradeceu a presença de todos e disse estar feliz por participar da
46 abertura dos trabalhos do CNIg. Falou de sua visita ao Inmetro que destacou como sendo um
47 órgão de excelência. Comentou sobre firmar parceria com o instituto para aproveitar os
48 trabalhos de pesquisa. Falou sobre um projeto embrionário na questão da segurança do
49 trabalho e medidas preventivas. Considerou impressionante o fato de não existir convênios
50 para incentivar cientistas e falou que esses profissionais são perdidos por falta de incentivo.
51 Enfatizou a importância temática do CNIg e informou aos Conselheiros sobre o Convite feito
52 pelo Ministério do Trabalho da Itália. Destacou ainda que a Itália tem uma grande necessidade

53 de profissionais da área de enfermagem. Revelou que o Ministério do Trabalho conseguiu do
54 Ministério do Trabalho italiano 25 milhões de euros para capacitação de descendentes e essa
55 iniciativa abre precedentes para outros países. Citou o Brasil como um país de oportunidades,
56 mas que falta incentivo. Falou ainda que a emigração deve ser assunto referência do CNIg
57 para discussão e avaliação. O Ministro do Trabalho e Emprego agradeceu a pauta e disse que
58 vai dar o apoio necessário. Lembrou a todos que é necessário fazer repercutir no Governo a
59 situação dos brasileiros no exterior. Declarou o apoio do MTE e também de outros Ministros e
60 comentou que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva mostrou-se animado com o trabalho que
61 vem sendo desenvolvido. Relatou que considera grave a situação dos brasileiros no Paraguai.
62 Comentou que o Brasil é o grande prejudicado por isso é necessário aprofundar a discussão.
63 Observou que a situação precisa de uma atuação política, já que envolve relação comercial e
64 de trabalho. O Conselheiro Representante da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT),
65 Valdir Vicente de Barros, ressaltou como problema o fato do Brasil ser visto uma potência na
66 região pelos países menores. Enfatizou que há um acirramento de ânimos no Paraguai em
67 relação a brasileiros e por isso mesmo algo precisa ser feito. Relatou que a maioria dos
68 brasileiros no exterior vive em condições de vida muito pior do que no Nordeste brasileiro. O
69 Conselheiro Representante do Ministério das Relações Exteriores, Ralph Peter Henderson,
70 comentou que havia chegado do Paraguai e falou que o Ministério vem trabalhando em uma
71 dimensão política. Falou sobre as eleições paraguaias e as pressões políticas e destacou que os
72 maiores problemas dos brasileiros é a regulamentação dos “brasiguaios” e a restrição das áreas
73 de fronteiras. Neste momento, o Ministro Carlos Lupi parabenizou o Presidente pela linha de
74 trabalho que o CNIg vem adotando. Antes de sair, falou da preocupação do MTE com a
75 questão do Paraguai. Agradeceu todos pela presença e saiu para cumprir outros
76 compromissos. O Presidente enfatizou que a presença Ministro reforça o apoio que o
77 Ministério do Trabalho e Emprego vem conferindo ao Conselho Nacional de Imigração.
78 Destacou que a relação entre Brasil e Paraguai necessita da atenção do CNIg. Ainda sobre a
79 questão, analisou que o problema migratório é complexo e acaba servindo de desvio de
80 assunto, já que os imigrantes servem de bode expiatório. Comentou que as avaliações sobre a
81 questão devem ser feitas de maneira ampla e que o CNIg deve ficar atento. Citou ainda o
82 trabalho da grande imprensa na divulgação do tema. O Conselheiro representante do
83 Ministério das Relações Exteriores colocou que poderia trazer um especialista para tratar do
84 assunto e assim elucidar outras questões aos Conselheiros. O Conselheiro Representante da
85 CGTB, José Ribamar Dantas, ponderou que o MTE está tratando de assuntos que vão além de

86 sua responsabilidade, mostrando assim a responsabilidade do Conselho no tema das
87 migrações. Sugeriu que fosse convidado alguém da área do Mercosul, do Ministério do
88 Trabalho, alguém da Comissão Sócio Laboral para fazer uma apresentação para o Conselho
89 ampliar seus conhecimentos. Colocou que deveria ser travado um debate entre o Ministério da
90 Justiça, Relações Exteriores e os representantes do Ministério do Trabalho. A Conselheira
91 Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Marilena Morais B.
92 Funari, também sugeriu um debate dos conselheiros após a apresentação do especialista. A
93 Conselheira Representante da Confederação Nacional do Comércio, Marjolaine Bernadete
94 J.T. do Canto destacou que é necessário aprofundar as relações com outros países e assim criar
95 canais regulares onde as pessoas possam ingressar de maneira regular. O Conselheiro
96 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Rinaldo Gonçalves de Almeida, achou
97 interessante os temas e ressaltou que os mesmos são densos. Citou o Ministro que lembrou
98 que essa questão não pode ser só de polícia e sim de política. O Conselheiro Representante do
99 Ministério das Relações Exteriores ressaltou também que a próxima reunião contaria com a
100 presença do convidado do Itamaraty. A Conselheira Representante do Ministério de Ciência e
101 da Tecnologia, Lídia Miranda de Lima Amaral, falou que o Conselho tem que se antecipar aos
102 problemas, propondo soluções. O Presidente destacou que percebe uma grande atuação do
103 CNIg e dos próprios Conselheiros. Apresentou os serviços de realizados de clipagem e falou
104 da necessidade de formular materiais para divulgar as ações do CNIg. Lembrou aos
105 Conselheiros sobre o Fórum do Mercosul que discutirá a situação do Paraguai e acrescentou
106 que é importante a participação da sociedade civil organizada. **02. AGENDA**
107 **PROVISÓRIA:** o Presidente do CNIg submeteu aos Conselheiros a proposta da Agenda
108 Provisória, com os seguintes itens: 1. Abertura; 2. Aprovação da Agenda Provisória; 3.
109 Aprovação da Ata da Reunião/CNIg/III/2007; 4. Assuntos Diversos: Relato da reunião
110 realizada com a Direção Colegiada do Conselho Nacional de Saúde; 5. Apresentação pelos
111 Conselheiros Ralph e Lídia de proposta de alteração da RN 38/99 – que trata da vinda de
112 estrangeiros para realização de reportagens e/ou filmagens de fundo jornalístico e/ou
113 comercial; 6. Apresentação de relatório do GT constituídos para revisão e atualização do
114 regimento interno do CNIg; 7. Criação de GT para alteração da RA 05/03; e 8. Processos a
115 serem relatados. O Presidente informou que o item 7 seria adiado para a próxima reunião,
116 devido ao avançado da hora. **3. Aprovação da Ata da Reunião/CNIg/III/2007:** O
117 Conselheiro Representante do Ministério da Saúde, Marcos Vinícius Quito, solicitou
118 alterações nas linhas 242 e 260. A Conselheira Representante do Ministério da Ciência e da

119 Tecnologia pediu que fosse acrescentado o termo “preservação ambiental” na linha 260. **4.**
120 **Assuntos Diversos:** Relato da reunião realizada com a Direção Colegiada do Conselho
121 Nacional de Saúde: O Conselheiro representante do MS, Marcus Quito, aproveitou a ocasião
122 para falar sobre a população de estrangeiros que vivem a margem da sociedade e citou como
123 exemplo os bolivianos que requisitaram ações concretas com relação a um surto de sarampo
124 entre bolivianos na cidade de São Paulo. Lembrou que essa doença está sob controle no Brasil
125 e vem se afluando nessa comunidade devido ao fato de não buscarem o Sistema Único de
126 Saúde. Informou que o Conselho Nacional de Saúde colocará esse tema como uma das
127 deliberações da pauta da 13ª Conferência Nacional de Saúde. Recordou que, em 2008, a
128 Constituição Federal completa 20 anos e a mesma garante o princípio da Universalidade da
129 Saúde. Discutiu sobre o fluxo migratório para suprir necessidades de carência de profissionais
130 da área da saúde, esclareceu a necessidade dos países desenvolvidos em ter profissionais
131 qualificados em enfermagem. Relatou que uma pesquisa da OMS mostra essa situação é
132 prejudicial, já que tem um custo elevado para países emergentes. Sugeriu a criação de uma
133 pauta construída entre CNS e CNIg. Destacou que é preciso mostrar o trabalho do CNIg em
134 conjunto com o CNS. Afirmou que não é marketing, mas se trata de pautar a governabilidade
135 e envolver outros Conselhos que tem vínculo temático. A Conselheira Representante da
136 Confederação Nacional da Indústria, Christina Aires Corrêa Lima propôs a formação de grupo
137 de trabalho para debater a questão das migrações e a saúde, inclusive definindo a pauta
138 comum a ser construída com o CNS. O Conselheiro Representante da Confederação Geral dos
139 Trabalhadores considerou essencial o atendimento aos estrangeiros ilegais. Não acha que
140 exista necessidade da formação de um grupo de trabalho para esse tema. O Conselheiro
141 Representante do Ministério das Relações Exteriores lembrou da questão do seguro-saúde. O
142 Conselheiro representante do Ministério da Saúde Brasileiros afirmou que essa discussão
143 sobre saúde e imigração pode ser seguida por outros órgãos. Citou a educação, onde há a
144 questão da regulamentação dos diplomas. Afirmou ser fundamental que os conselheiros levem
145 o conselho para dentro dos Ministérios, explicando suas competências. O Presidente do
146 Conselho repassou aos Conselheiros que o Conselho Federal de Medicina enviou uma carta
147 solicitando um posicionamento do CNIg com relação aos estrangeiros que vem fazer
148 residência no país. Informou que a Secretaria está levantando a legislação relacionada ao
149 tema. O Conselheiro Representante do Ministério da Saúde afirmou ser preciso retirar os
150 entraves burocráticos. Enfatizou que essa discussão deve estar casada com a discussão que está
151 havendo no Conselho sobre migração e saúde. Propôs que no futuro o CFM seja convidado

152 para que venha discutir outras questões e até mesmo um posicionamento formal com relação a
153 profissionais estrangeiros que vêm trabalhar no Brasil. O Conselheiro Representante do
154 Ministério da Educação, Nielsen de Paula, pontuou que no Mercosul esta questão vem sendo
155 discutida, mas desconhece a existência de algo de concreto sobre esse assunto. O Conselheiro
156 Representante do Ministério das Relações Exteriores falou da necessidade de aprovação do
157 MEC para o reconhecimento do diploma estrangeiro. Lançou a idéia de promover um canal
158 com o CFM por meio do CNIg e com representantes da Saúde e da Educação para discutir os
159 aspectos relevantes sobre migração e trabalho. Observou que a partir disso pode se ter o
160 posicionamento e trazer um relatório para discutir alternativas para resolver os problemas que
161 já existem. Lembrou ainda que o seguro ou plano de saúde é uma questão prioritária. A
162 Conselheira Representante da Confederação Nacional do Comércio destacou que é preciso
163 haver convênios entre os países não sobrecarregar o SUS. O Conselheiro Representante da
164 Confederação Geral dos Trabalhadores enfatizou sua dúvida sobre a questão de atendimento
165 de estrangeiros. Sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Representante do Ministério das
166 Relações Exteriores comentou que existem procedimentos de alta complexidade, por isso é
167 uma discussão pertinente. O Presidente destacou que o CNIg se poderia aprovar a criação de
168 um grupo de trabalho para tratar sobre a questão da saúde em relação a estrangeiros no Brasil,
169 citou como exemplo os médicos. Ressaltou que num primeiro momento poderia haver a
170 criação de um grupo de trabalho e dessa maneira ir aprofundando as discussões. Enfatizou a
171 necessidade do envolvimento do MEC no tema. Aprovada a criação do Grupo de Trabalho
172 sobre migrações e saúde, foi designado como coordenador o Conselheiro Representante do
173 Ministério da Saúde, Marcos. O Presidente informou que recebeu ofício do Ministério
174 Público Federal recomendando que o CNIg revogasse alguns artigos da Resolução Normativa
175 nº 72/2006, e relatou que marcou reunião com a Procuradora responsável pelo Inquérito no
176 sentido de explicar-lhe a legalidade dos citados dispositivos legais. Ressaltou que, caso
177 necessário, irá encaminhar o assunto para Advocacia-Geral da União. Explicou para os
178 Conselheiros que a idéia não é iniciar uma revisão da RN 72/2006, mas, caso necessário,
179 alterar pontos que não estejam legais. Observou que a resolução completa um ano em outubro
180 e que mereceria a realização de algum seminário para ver seu impacto e divergências surgidas.
181 O Presidente falou sobre o Fórum Global sobre Migrações e Desenvolvimento que será
182 realizado em Bruxelas e salientou que as delegações foram limitadas em três participantes,
183 sendo um representante das Relações Exteriores, um representante do Ministério da Justiça e
184 um representante do CNIg. O Presidente também ressaltou que está organizando uma visita do

185 CNIg à Casa do Brasil de Lisboa. Lembrou que o Portugal tem o maior número de brasileiros
186 na Europa e o objetivo é ouvir as necessidades desses brasileiros. Aproveitando a ocasião,
187 informou aos Conselheiros sobre a realização de um seminário entre CNIg e CNPD, nos dias
188 20 e 21 de junho. Pediu o aval dos Conselheiros e convidou a todos a participar. Em seguida
189 distribuiu a programação e avisou que, neste seminário, seria feita o lançamento da cartilha
190 “Brasileiros no Exterior – Informações úteis” à Consulta Pública. O Conselheiro
191 Representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Rinaldo Gonçalves, falou sobre a
192 divulgação da RN nº 72/2006 em eventos e comentou que o MTE está verificando junto às
193 empresas que mantém embarcações se estão cumprindo a resolução. Enfatizou que é preciso
194 garantir funções com maiores qualificações para os brasileiros. Destacou que em função do
195 movimento criado pelo CNIg as empresas já estão contratando mais brasileiros nesse setor. O
196 Presidente informou que recebeu um ofício solicitando a participação dos integrantes do CNIg
197 na elaboração do PPA 2008-2011, tendo distribuído cópia do mesmo aos conselheiros,
198 solicitando que realizem consultas internas no sentido desta participação. **5. Apresentação**
199 **pelos Conselheiros Ralph e Lídia de proposta de alteração da RN 38/99 – que trata da**
200 **vinda de estrangeiros para realização de reportagens e/ou filmagens de fundo**
201 **jornalístico e/ou comercial:** O Conselheiro Representante do Ministério das Relações
202 Exteriores lembrou que para a gravação de produtoras estrangeiras deverá ser contratada
203 produtora brasileira. Citou que a ANCINE é responsável por emitir essa liberação, mas o
204 mesmo entende que o sindicato das categorias são responsáveis pela fiscalização. A
205 Representante do Ministério do Turismo expôs sobre a criação de uma cartilha de
206 sensibilização para o setor privado que receber essas produções estrangeiras, Cinema e
207 turismo. O Conselheiro Representante do Ministério das Relações Exteriores destacou que o
208 Brasil tem uma legislação corporativa. O Presidente questionou se o conselho tinha condições
209 de votar o texto durante a reunião e ressaltou que o Ministério do Turismo precisava se
210 manifestar. O Conselheiro Representante da Confederação Geral dos Trabalhadores enfatizou
211 que os sindicatos relacionados ao cinema têm ciência do pedido da ANCINE, mas ressaltou
212 que deveria haver ter uma ampla discussão. O Conselheiro Representante do Ministério das
213 Relações Exteriores sugeriu que fosse estudada a lei do audiovisual. O Presidente solicitou a
214 lei do audiovisual para próxima reunião para trazer o debate para o CNIg. **6. Apresentação de**
215 **relatório do GT constituídos para revisão e atualização do regimento interno do CNIg:**
216 O Presidente relatou a reunião do grupo de trabalho do Regimento Interno que aconteceu no
217 dia 19 de maio. **8. Processos a serem relatados: 01)Processo nº. 46000.002182/2007-39,**

218 **Maria Adelaide Pereira:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gongalves de Almeida (MTE),
219 manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito, sendo o seu parecer acatado pelos
220 demais Conselheiros. **02) Processo nº. 46000.004795/2007-19, Alberto Marques Nogueira**
221 **Reis:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), opinou pelo deferimento
222 do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos
223 demais Conselheiros. **03) Processo nº. 46000.004250/2007-02, Suzanne Emilie Yvonne**
224 **Saad Oussov:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), opinou pelo
225 deferimento do pleito, sendo seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **04) Processo**
226 **nº. 08285.002044/2006-31, Darin Delaine Ovre:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves
227 de Almeida (MTE), opinou pelo indeferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais
228 Conselheiros. **05) Processo nº. 46000.008021/2007-59, Secundino Duarte e esposa:** O
229 Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTE), opinou pelo indeferimento do
230 pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **06) Processo nº. 46000.018532/2006-06,**
231 **Abdel Rahim Reda Ass'Ad Alorhman:** O Conselheiro relator, Rinaldo Gonçalves de
232 Almeida (MTE), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais
233 Conselheiros. **07) Processo nº. 46000.025940/2006-14, Ana Luisa M. Oliveira Gonçalves:** O
234 Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito (MS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo
235 aprovado pelos demais Conselheiros. **08) Processo nº. 46000.028046/2006-98, José Guido N.**
236 **Del Prado Moran:** O Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito (MS), sugeriu exigência aos
237 autos, parecer esse que foi acolhido pelos demais Conselheiros . **09) Processo nº.**
238 **46000.019407/2006-13, Werner Gottfried:** O Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito
239 (MS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **10)**
240 **Processo nº. 46000.025508/2006-15, Cosme José Llerna Roldan:** O Conselheiro relator,
241 Marcos Vinícius Quito (MS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais
242 Conselheiros. **11) Processo nº. 46000.025509/2006-60, Lissete Dominguez Rojas:** O
243 Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito (MS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo
244 aprovado pelos demais Conselheiros. **12) Processo nº. 46205.004896/2007-85, José Ferreira**
245 **e esposa:** O Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito (MS), opinou pelo deferimento do
246 pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **13) Processo nº. 46000.006266/2007-41,**
247 **Serge Claude Paul:** O Conselheiro relator, Marcos Vinícius Quito (MS), opinou pelo
248 deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **14) Processo nº.**
249 **46219.017597/2007-51, Camilo Rodriguez Isaza:** O Conselheiro relator, Marcos Vinícius
250 Quito (MS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros.

251 **15) Processo nº. 08452.006589/2006-47, Enrique Miralles Segura:** A Conselheira relatora,
252 Jane Alcanfor Pinho (MDIC), adiou o relato para a próxima reunião do Conselho Nacional de
253 Imigração. **16) Processo n.º 08364.000980/2005-46, Paulo Jorge da Silva Alves:** A
254 Conselheira relatora, Jane Alcanfor Pinho (MDIC), sugeriu exigência aos autos, parecer esse
255 que foi acolhido pelos demais Conselheiros. **17) Processo nº. 46880.000025/2007-21, Adolfo**
256 **Bracci:** A Conselheira relatora, Jane Alcanfor Pinho (MDIC), opinou pelo deferimento do
257 pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **18) Processo nº. 46000.011405/2006-78,**
258 **Jorge Manuel Alma Pais:** A Conselheira relatora, Lúcia Miranda de Lima Amaral (MCT),
sugeriu exigência aos autos, parecer esse que foi acolhido pelos demais Conselheiros. **19)**
Processo nº. 46000.009860/2007-94, Franck Pereira Barbosa: A Conselheira relatora, Lúcia
Miranda de Lima Amaral (MCT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos
demais Conselheiros. **20) Processo nº.46000.003881/2007-04, Daniel Cassoma,** opinou pelo
deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros **21) Processo nº.**
08260.010455/2006-88, Paolo Mascheroni: A Conselheira relatora, Lúcia Miranda de Lima
Amaral (MCT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais
Conselheiros.**22) Processo nº. 08460.007246/2006-09, Giovanni Astone:** A Conselheira
relatora, Lúcia Miranda de Lima Amaral (MCT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo
aprovado pelos demais Conselheiros. **23) Processo nº. 08270.017364/2004-92, Robert Frank**
Hanson: O Conselheiro relator, Nielsen de Paula Pires (ME), opinou pelo deferimento do
pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **24) Processo nº. 08504.013264/2005-87,**
Ainee Nicole Jeffrey: O Conselheiro relator, Nielsen de Paula Pires (ME), opinou pelo
deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **25) Processo nº.**
46219.002240/2005-15, Ottavio Moretti: O Conselheiro relator, Nielsen de Paula Pires
(ME), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **26)**
Processo nº. 08457.007719/2006-19, Manuel Meireles Gouveia: O Conselheiro relator,
Pedro Gabriel Wendler (MTUR), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos
demais Conselheiros. **27) Processo nº. 08352.001829/2006-45, Patrícia Tifinger:** O
Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), opinou pelo deferimento do pleito,
sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **28) Processo nº. 46000.004558/2007-40, James**
Paul Telles: O Conselheiro relator, Pedro Gabriel Wendler (MTUR), opinou pelo deferimento
do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **29) Processo nº. 08460.007386/2006-**
79, Nuno José Lopes: O Conselheiro relator, Arnaldo Gonçalves (FS), opinou pelo
deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **30) Processo nº.**

08352.000860/2006-69, Matteo Sabatini: O Conselheiro relator, Arnaldo Gonçalves (FS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **31) Processo nº. 46219.053969/2006-22, Sohail Qaiser:** O Conselheiro relator, Arnaldo Gonçalves (FS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **32) Processo nº. 08364.000920/2005-23, Jesse Davis Finn:** O Conselheiro relator, Arnaldo Gonçalves (FS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **33) Processo nº. 46000.007390/2007-24, Seol Min Lee:** O Conselho Nacional de Imigração pediu vistas do referido processo. **34) Processo nº. 08495.003082/2006-35, Rui dos Santos de Palhares Falcão:** O Conselheiro relator, Arnaldo Gonçalves (FS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **35) Processo nº. 46000.007798/2007-04, Pascal Leon Debarge:** O Conselheiro relator, Valdir Vicente de Barros (CGT), sugeriu pelo indeferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **36) Processo nº. 08491.000536/2006-56, Manuel Avelino F. Lopes T. Oliveira:** O Conselheiro relator, Valdir Vicente de Barros (CGT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **37) Processo nº.08256.000574/2006-91, Sarah Rebecca Kersley:** O Conselheiro relator, Valdir Vicente (CGT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **38) Processo nº. 46000.003835/2007-05, Hugo Alexandre Tomé do Carmo:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), sugeriu pelo indeferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **39) Processo nº. 46000.003840/2007-18, Raul Rafael Silva Miranda:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **40) Processo nº. 46000.002523/2007-76, Ying Hui Ho:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **41) Processo nº. 46000.008683/2007-29, Cláudio Andrés Del T. Maldonado:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, sendo aprovado pelos demais Conselheiros. **42) Processo nº. 46000.004261/2007-84, Idalberto Vladimir L. de G. Alvarez:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **43) Processo nº. 46219.022845/2006-03, Juan Lacroix Herriest:** O Conselheiro relator, José Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **44) Processo nº. 08508.000030/2006-11, Maria Vitória P. Dias Correia Fonseca:** O Conselheiro relator, José

Ribamar Dantas (CGTB), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **45) Processo nº. 46000.007296/2007-75, Joelle Marie Garcia Morales:** O Conselheiro relator, Miguel Salaberry Marinho (SDS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **46) Processo nº. 08505.031444/2005-31, Huang Yu Wen:** O Conselheiro relator, Miguel Salaberry Marinho (SDS), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **47) Processo nº. 46000.003841/2007-54, Darryl Jay Elizey:** O Conselheiro relator, Miguel Salaberry Marinho (SDS), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **48) Processo nº. 46205.001032/2007-10, Hugo Fernandez Borges:** A Conselheira relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **49) Processo nº. 46000.008815/2006-31, Taghreed Taha Mohamed Hussain:** A Conselheira relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **50) Processo nº. 08390.007505/2005-83, Francisco Parede Ros:** A Conselheira relatora, Christina Aires Corrêa Lima (CNI), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **51) Processo nº. 46000.010109/2007-31, Delfim Michel Videira:** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete J.T do Canto (CNC), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **52) Processo nº. 46000.003886/2007-29, Francisco Jose Rodrigues de Araujo:** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete J.T do Canto (CNC), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **53) Processo nº. 46000.004212/2007-41, Kevin Ivers:** A Conselheira relatora, Marjolaine Bernadete J.T do Canto (CNC), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **54) Processo nº. 46000.029108/2006-89, Patrícia Rangel Moreira Bezerra:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **55) Processo nº. 08711.001423/2004-74, Roberto Vivaldi:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **56) Processo nº. 47501.000114/2006-76, Yvan Joseph Tuxen Ringkjob:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **57) Processo nº. 08364.002239/2004-39, Nicole**

Kirsch: A Conselheira relatora, Marilena Morais B. Funari (CNF), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **58) Processo nº. 46000.007971/2007-66, Sarah Katherine Key:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo indeferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **59) Processo nº. 46205.001463/2007-78, Ana Paula dos Santos Sentieiro:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **60) Processo nº. 08352.001809/2005-93, Vicent Mengeot:** A Conselheira relatora, Adriana Giuntini (CNT), opinou pelo deferimento do pleito, condicionado ao cumprimento de exigências, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros. **61) Processo nº. 46000.008457/2007-48, Walid Echadhy Mota Dakhila:** O Conselheiro relator, Roque de Barros Larraia (SBPC), opinou pelo deferimento do pleito, entretanto o Conselho foi contrário a decisão do relator, opinando pelo deferimento condicionado ao cumprimento de exigências. **62) Processo nº. 08492.003010/2006-18, Arturo Rodriguez Reynoso,** O Conselheiro relator, Roque de Barros Larraia (SBPC), opinou pelo deferimento do pleito, sendo o seu parecer aprovado pelos demais Conselheiros **63) Processo nº. 46000.013504/2006-94,** relato adiado para próxima reunião. **64) Processo nº. 46000.008935/2007-10,** relato adiado para próxima reunião. **65) Processo nº. 08297.002330/2000-71,** relato adiado para próxima reunião. **66) Processo nº. 46220.004180/2006-17,** relato adiado para próxima reunião. **67) Processo nº. 46000.009003/2007-94,** relato adiado para próxima reunião. **68) Processo nº. 46000.008681/2007-30,** relato adiado para próxima reunião. **69) Processo nº. 46000.006280/2006-64, 70) Processo nº. 46000.010172/2007-77,** relato adiado para próxima reunião. **71) Processo nº. 08354.000064/2005-25,** relato adiado para próxima reunião. **72) Processo nº. 46000.006251/2007-83,** relato adiado para próxima reunião. **73) Processo nº. 46000.026188/2006-11,** relato adiado para próxima reunião. **74) Processo nº. 46205.001166/2007-22,** relato adiado para próxima reunião. **75) Processo nº. 46000.004214/2007-31,** relato adiado para próxima reunião. **76) Processo nº. 46000.025436/2006-14,** relato adiado para próxima reunião. **77) Processo nº. 46000.010026/2007-41,** relato adiado para próxima reunião. **78) Processo nº. 46000.010027/2007-96,** relato adiado para próxima reunião. **Processo nº. 46219.005379/2006-93: ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.

